

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora do local, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411195947M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional Federal da 6º Região
TRF6

CARGO:

Cargo 23: Analista Judiciário
Área Judiciária: Sem especialidade

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRF 6ª REGIÃO - 1º SIMULADO - CARGO 23 ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - SEM ESPECIALIDADE (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

O que o mar tentou nos dizer

1 Olhei, olhamos, aquele manso movimento de corpo grande, muito maior que nós. Olhei e fechei meus olhos. O mar avançava as garras, brincava, descansava, animal semelhante a um felino, atacava em repouso, corpo parrudo e decidido, de poucas patadas, ao mesmo tempo que indiferente no começo à nossa presença.

5 Mais tarde voltei a abrir os olhos para aquela luz de domingo à tarde, as pessoas retomando a vida naquela extensão da praia do Leme, e ele estava lá, sóbrio, com potência de séculos, sem parar de se mover nem por um instante, pulmões de vento.

10 Naquelas pedras do Leme, de onde era possível olhar quase todo o traço do corpo do mar, nos causavam algo muito profundo, nesses dias de tantas mudanças, choques, rebentações, cordas roídas e âncoras rompidas. E ele, o mar, dignou-se a lançar sobre nós toda a sua fúria mansa.

15 Ele estava ali, tentando nos dizer algo, não sei se foi feliz nessa tentativa. Você mesma desprezou o tamanho das ondas, chocando-se verdes e bem próximas dos poucos banhistas que se arriscavam a um nado.

20 Eu tentei te traduzir também aquela fúria de sons e ventos, aqueles navios lentos, o contorno daquelas pedras distantes, o planador exibindo uma publicidade nos céus, imensidão toda que, talvez, mesmo assim, não dava conta de todas as nossas angústias.

25 Mas também recebemos seu abraço e a água gelada finalmente alcançou os nossos pés, com a violência terna e sincera da mordida de um animal amigo.

30 É fim de dezembro [...] com mais fatos e notícias que poderiam caber em nossa memória machucada. O ano acabou e os conflitos seguem acontecendo, permanentes, fechando os nossos olhos às vezes para todas aquelas mensagens boas e sinais de vida. Já não há calendários, isso é verdade, há talvez uma ferida úmida do tamanho do mar, que deveríamos solucionar com nossos braços magros o quanto antes fosse possível.

35 O que o mar tentou te dizer, o que eu tentei traduzir, o que nos escapou ao entendimento, não se trata de qualquer frase de autoajuda, de qualquer mensagem padrão divulgada nas redes sociais. O que o mar queria nos dizer estava apenas ali, presente, firme e ao mesmo tempo instável, vacilante e no caminho certo, expresso no voo torto daquelas aves, e naquilo que no fundo era muito mais simples que o nosso próprio entendimento. O mar estava ali, e nos chamou simplesmente para repousar, ao menos os nossos olhos, na segurança do seu corpo.

Frédi Vasconcelos. In: <https://www.brasildfatopr.com.br/2021/12/21/cronica>
Acesso em 29 out 2024.

Após a leitura do texto acima, julgue os itens como certos ou errados.

1 O mar é descrito no texto com características que remetem tanto à força e agressividade quanto à calma e tranquilidade, o que reforça o contraste entre o movimento das ondas e a estabilidade do ambiente.

2 A expressão “violência terna e sincera” utilizada pelo autor descreve a reação dos banhistas em relação à natureza ameaçadora do mar, reforçando o medo e a cautela diante das ondas.

3 A imagem das "pedras do Leme" sugere o local como um ponto de observação de mudanças e instabilidade, tanto no mar quanto na vida dos personagens, o que conecta elementos do ambiente à temática de transformação.

4 O autor conclui que o mar tem uma mensagem clara e que os personagens compreendem perfeitamente o seu sentido ao final do texto.

5 A crônica "O que o mar tentou nos dizer" caracteriza-se como narrativa de natureza descritiva e intimista, com foco na observação de cenas cotidianas e efêmeras. A escolha por um tom reflexivo e o uso de linguagem poética reforçam a subjetividade do texto, comum em crônicas, enquanto a presença de um narrador observador aproxima o texto da tipologia expositiva.

Ainda com base no texto acima, julgue os itens como certos ou errados quanto à estrutura morfossintática do texto.

6 Em “*Mais tarde voltei a abrir os olhos para aquela luz de domingo à tarde...*”, o uso do acento grave indicativo de crase é facultativo, podendo ser retirado sem nenhum comprometimento semântico ou gramatical.

7 No trecho "Ele estava ali, tentando nos dizer algo, não sei se foi feliz nessa tentativa", o uso das vírgulas separando as orações pode ser interpretado como uma escolha estilística do autor para reforçar pausas reflexivas, sendo possível, contudo, reescrever a frase sem as vírgulas e sem afetar a clareza ou a correção gramatical.

8 As primeiras vírgulas em "O mar avançava as garras, brincava, descansava" separam uma sequência de ações coordenadas, cada uma descrevendo um aspecto da movimentação do mar, e são necessárias para marcar as pausas entre essas orações coordenadas assindéticas.

9 No trecho "O que o mar tentou te dizer, o que eu tentei traduzir, o que nos escapou ao entendimento, não se trata de qualquer frase de autoajuda", cada oração subordinada é introduzida por um pronome relativo.

10 Em “...não se trata de qualquer frase de autoajuda”, o vocábulo “se” é partícula apassivadora, encontrando-se a oração principal na voz passiva.

11 No trecho "Já não há calendários, isso é verdade, há talvez uma ferida úmida do tamanho do mar, que deveríamos solucionar com nossos braços magros o quanto antes fosse possível", se substituíssemos a forma verbal “há” pelo verbo existir, em ambas as ocorrências, o verbo estaria no singular.

- 12** No trecho "Já não há calendários, isso é verdade, há talvez uma ferida úmida do tamanho do mar, que deveríamos solucionar com nossos braços magros o quanto antes fosse possível", o uso do modo subjuntivo na expressão "fosse possível" está correto, uma vez que expressa uma condição hipotética e não confirmada relacionada ao tempo presente.
- 13** No trecho "O que o mar tentou te dizer, o que eu tentei traduzir, o que nos escapou ao entendimento, não se trata de qualquer frase de autoajuda", o verbo "escapar" está corretamente empregado como verbo transitivo indireto, pois exige a preposição "a" para introduzir seu complemento.
- 14** No trecho "O que o mar tentou te dizer, o que eu tentei traduzir, o que nos escapou ao entendimento", as palavras "o" e "que" em cada ocorrência da expressão "o que" são, respectivamente, um pronome demonstrativo e um pronome relativo, em que o pronome relativo "que" introduz orações subordinadas com diferentes funções sintáticas em cada uso.
- 15** No trecho "não se trata de qualquer frase de autoajuda, de qualquer mensagem padrão divulgada nas redes sociais," o uso de próclise em "se trata" é obrigatório, pois o pronome "se" está diante de uma expressão negativa, o que justifica a sua posição antes do verbo.

Ainda considerando o texto acima, julgue os itens como certos ou errados quanto a aspectos linguísticos.

- 16** No trecho "O que o mar tentou te dizer, o que eu tentei traduzir, o que nos escapou ao entendimento, não se trata de qualquer frase de autoajuda, de qualquer mensagem padrão divulgada nas redes sociais. O que o mar queria nos dizer estava apenas ali, presente, firme e ao mesmo tempo instável...", o uso repetitivo da expressão "o que" contribui para a coesão textual, servindo como mecanismo de substituição para ideias anteriormente mencionadas e adicionando clareza ao texto.
- 17** Considere a reescrita do trecho "O mar estava ali, e nos chamou simplesmente para repousar, ao menos os nossos olhos, na segurança do seu corpo" da seguinte forma: "O mar estava ali, simplesmente nos chamando para repousar nossos olhos na segurança do seu corpo." A reescrita altera a estrutura sintática e elimina a função poética do advérbio "ao menos", o que interfere no tom reflexivo da frase.
- 18** No trecho "E ele, o mar, dignou-se a lançar sobre nós toda a sua fúria mansa", a expressão "fúria mansa" constitui uma contradição entre termos, que sugere a dualidade do mar como ao mesmo tempo poderoso e tranquilo, característica essencial para a construção do tom do texto.
- 19** No trecho "ele estava lá, sóbrio, com potência de séculos, sem parar de se mover nem por um instante", ao substituir "potência de séculos" por "força atemporal", a nova expressão mantém a ideia de durabilidade e robustez do mar, mas altera sutilmente a conotação, sugerindo uma intensidade mais abstrata e menos ligada ao tempo.

- 20** A reescrita do trecho "Naquelas pedras do Leme, de onde era possível olhar quase todo o traço do corpo do mar, nos causavam algo muito profundo" para "As pedras do Leme nos causavam algo muito profundo, de onde era possível olhar quase todo o traço do corpo do mar" preserva o mesmo sentido, a coesão e a sintaxe do texto original.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

No que diz respeito à ética, moral e o exercício da função pública, julgue os itens.

- 21** Ética e moral são distintas, etimologicamente, quanto a significado; e filosoficamente, quanto a conceito.
- 22** O exercício da função pública exige profissionalismo e não se limita ao exercício talentoso dessa função, acrescendo-se, por exemplo, a necessidade de uma conduta de imparcialidade.
- 23** Os primados maiores são preceitos a serem seguidos por agentes públicos(as). Esses princípios se circunscrevem ao exercício da atividade funcional.
- 24** O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é aplicável especificamente a servidores(as) em exercício de cargos efetivos.
- 25** De acordo com o Código de Ética, a pena aplicável pela Comissão de Ética, a quem ferir os dispositivos da norma, é a de censura. Entretanto, esse comitê, em situações excepcionais, poderá aplicar, por exemplo, a penalidade de advertência.

Raciocínio Analítico

André Arruda

Em relação ao raciocínio analítico, julgue o próximo item.

- 26** No diálogo a seguir, o tipo de raciocínio que fundamenta a resposta S é a comparação.
R: Gostaria de andar tão bem arrumada quanto você.
S: Para andar arrumada eu procuro comprar roupas bonitas, portanto, se você também comprar, conseguirá andar arrumada.

Em relação aos tipos de raciocínio, julgue o próximo item.

- 27** O tipo de raciocínio que se utiliza da conclusão e da regra para defender que a premissa pode explicar a conclusão é chamado de abdução.

“O termo falácia deriva do verbo latino fallere, que significa enganar. Designa-se por falácia um raciocínio errado com aparência de verdadeiro. Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente incoerente, sem fundamento, inválido ou falho na tentativa de provar eficazmente o que alega.”

Wikipedia, Falácia.

É possível agrupar as falácias em termos de muitos subconjuntos, dentre eles os listados abaixo, com uma rápida definição em cada caso.

Falso Dilema: limita-se a escolha, escondendo demais possibilidades.

Ignorância: considerar verdadeiro porque não há provas para afirmar se verdadeiro ou falso.

Ad Hominem: desconsidera a verdade para atacar quem fala a verdade.

Apelo à autoridade: fulano disse, então é verdade por ele ter dito.

Considere as proposições abaixo.

I – Carlos nunca fez terapia, então não pode falar sobre terapia.

II – Se o terapeuta vota nesse partido, então ele é um mau terapeuta.

III – A terapia sempre funciona pois ninguém mostrou que não funciona.

Com base no exposto acima, julgue o próximo item.

28 A classificação apropriada para cada proposição apresentada, com base nas categorias mencionadas, é a seguinte: I: Ad Hominem, II: Ad Hominem e III: Ignorância.

Em relação à lógica da argumentação, julgue o próximo item.

29 Os argumentos podem ter apenas uma premissa, ou várias, contudo, só haverá uma conclusão.

Cinco amigos, João, Eduarda, Rodrigo, Fábio e Renata, foram lanchar e um deles resolveu sair sem pagar sua conta. O garçom percebeu o fato, correu atrás dos amigos que saíam da lanchonete e os chamou para prestarem esclarecimentos. Pressionados, informaram o seguinte:

- “Não fui eu nem o Rodrigo”, disse João.
- “Foi o Rodrigo ou a Eduarda”, disse Fábio.
- “Foi a Renata”, disse Rodrigo.
- “O Fábio está mentindo”, disse Renata.
- “Foi a Renata ou o João”, disse Eduarda.

Considerando que apenas um dos cinco amigos mentiu, julgue o próximo item.

30 Quem saiu do estabelecimento sem pagar foi o Rodrigo.

Arlete e Salete são irmãs gêmeas idênticas, mas com uma característica bem diferente: uma delas só fala a verdade e a outra sempre mente. Certo dia, um rapaz que não sabia qual das duas era a mentirosa perguntou a uma delas: "Arlete é mentirosa?". A moça prontamente respondeu: "Sim".

Analisando somente a resposta dada, julgue o próximo item.

31 O rapaz pôde concluir que havia se dirigido a Salete, mas não pôde decidir se ela era a irmã mentirosa.

Thomas Reid argumenta da seguinte forma para defender a existência da vida em outros planetas. Reid observa que existe uma série de semelhanças entre a Terra e outros planetas em nosso sistema solar:

- Todos orbitam e são iluminados pelo sol;
- Vários têm luas;
- Todos giram em torno de seu eixo.

Por consequência, ele concluiu que era razoável pensar que esses planetas poderiam ser o habitat de vários tipos de seres vivos.

Com base no exposto acima, julgue o próximo item.

32 Com base nos tipos de argumentos, Reid empregou o argumento por analogia.

No que se refere ao raciocínio analítico, julgue os itens subsequentes.

33 É um exemplo de argumento de autoridade o seguinte discurso: “Segundo o meu veterinário, o melhor tipo de ração para gatos é o que contém vegetais e carne de frango, portanto devemos alimentar nossos gatos com essa ração.”

34 É um exemplo de argumento por analogia o seguinte discurso: “Assim como um navio precisa de um capitão para navegar pelos mares, uma empresa precisa de um CEO para liderá-la.”

No que se refere à argumentação lógica, julgue o próximo item.

35 A seguinte argumentação expressa o raciocínio dedutivo:

A América é um continente habitado.

A Ásia é um continente habitado.

A África é um continente habitado.

A Europa é um continente habitado.

Logo, todos os continentes são habitados.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Alice Rocha

De acordo com a Teoria Geral dos Direitos Humanos, julgue os itens abaixo:

36 Dignidade humana consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência.

37 Conceitualmente, direitos humanos e direitos fundamentais podem ser utilizados como sinônimo, visto que estabelecem direitos com conteúdo material semelhante.

38 A teoria jusnaturalista pode ser utilizada como fundamento dos direitos humanos, ao estabelecer como base de legitimação desses direitos normas anteriores e superiores ao direito estatal, de origem divina ou decorrente da razão humana.

39 Os Direitos Humanos foram sendo reconhecidos e afirmados com o passar dos anos. O marco do processo de internacionalização dos Direitos Humanos foi o fim da Segunda Guerra Mundial.

40 Para estabelecer a perspectiva de proteção do indivíduo contra arbítrios do Estado, basta a previsão de normas na Constituição, limitando o poder dos governantes.

De acordo com as normas e preceitos relacionados com a direitos humanos e acessibilidade, julgue os itens abaixo:

- 41** De acordo com a Lei n. 10.098/2000, são consideradas barreiras arquitetônicas as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- 42** De acordo com a Lei n. 10.048/2000, somente as pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos da Lei.
- 43** De acordo com a Lei n. 10.048/2000, os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.
- 44** A Lei n. 13.146/2015 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- 45** De acordo com os conceitos apresentados na Lei n. 13.146/2015, acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
- 46** A estrutura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região inclui, entre seus órgãos, o Plenário, o Conselho de Administração, e quatro Turmas, cada uma composta por quatro integrantes.
- 47** O Plenário Judicial do TRF-6 tem competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade cometidos por membros do Ministério Público da União, excetuando-se aqueles que atuam na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho.
- 48** A Presidência do TRF-6 possui atribuição para decidir sobre a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.
- 49** O Conselho de Administração do TRF-6 é presidido pelo Presidente do Tribunal e inclui o Vice-Presidente e Corregedor-Geral, além dos dois integrantes mais antigos do Tribunal e dois integrantes eleitos pelo Plenário, em rodízio.
- 50** A Comissão de Regimento é uma comissão temporária no TRF-6, criada para propor alterações regimentais conforme as necessidades administrativas do Tribunal.

Legislação Específica

Sérgio Gaúcho

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 51** A formação do Direito Administrativo no Brasil foi influenciada pela Revolução Francesa e pela consolidação de princípios republicanos que visavam separar as funções administrativas das judiciais, estabelecendo o princípio da autotutela da Administração Pública.
- 52** No Direito Administrativo, é correto afirmar que o critério legalista se limita a entender o Direito Administrativo apenas como o conjunto de leis que disciplinam a Administração Pública, ignorando aspectos doutrinários e jurisprudenciais.
- 53** A supremacia do interesse público é um princípio absoluto que sempre se sobrepõe aos interesses privados, mesmo em face de direitos fundamentais.
- 54** A descentralização por delegação, trata da hipótese em que o Estado transfere a um terceiro por meio de um contrato ou ato unilateral, por prazo determinado e sob a fiscalização do Estado, a execução de um serviço a ser prestado à população.
- 55** As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, mas estão sujeitas ao regime de licitações públicas conforme previsto pela Lei n. 14.133/2021.
- 56** A revogação de um ato administrativo é permitida quando houver vício de ilegalidade.
- 57** O poder vinculado é ditado pelo direito positivo, ou seja, quando o modo de se praticar o ato já vem descrito na lei. Assim, o denominado poder vinculado, em contraposição ao poder discricionário, é aquele de que dispõe a Administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente sua liberdade de atuação, ou seja, é o poder de que se utiliza a Administração quando da prática de atos vinculados.
- 58** A Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) estabelece que são permitidas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- 59** As Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são entidades do terceiro setor que possuem natureza jurídica pública.
- 60** O poder de polícia administrativa permite à administração restringir o exercício de atividades privadas, sempre que necessário para preservar o interesse público.
- 61** Os agentes políticos, em razão de suas funções típicas de governo e de representação, não podem ser considerados agentes públicos para efeitos de responsabilização por improbidade administrativa.
- 62** A Administração Pública é obrigada a divulgar, permanentemente, edital de credenciamento em sítio eletrônico somente após a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratações Administrativas.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 63** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a erradicação da pobreza.
- 64** Segundo a Constituição, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo vedado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- 65** Segundo a Constituição, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- 66** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- 67** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- 68** A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- 69** Compete ao Vice-Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- 70** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- 71** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente nos crimes comuns, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- 72** Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

- 73** O Ministério Público da União que compreende o Ministério Público de Contas.
- 74** A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Direito Civil

Cristiny Rocha

Acerca dos bens móveis e imóveis, conforme disposições do Código Civil, analise a assertiva seguinte:

- 75** São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aforoseamento de outro. Ademais, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

A Teoria da Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica foi adotada expressamente pelo Código Civil Brasileiro de 2002, com alteração dada pela Lei n. 13.874/2019, ao consagrar a possibilidade de atingir bens de pessoa jurídica diversa da relação processual quando o devedor principal formalmente transfere bens para esta para se esquivar da sua obrigação material. Sobre o tema, analise a assertiva seguinte:

- 76** A jurisprudência do STJ admite a aplicação da desconsideração inversa da personalidade jurídica toda vez que um dos cônjuges ou companheiros utilizar-se da sociedade empresária que detém controle, ou de interposta pessoa física, com a intenção de retirar do outro consorte ou companheiro direitos provenientes da relação conjugal.
- 77** Conforme as disposições da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro poder-se afirmar que o estrangeiro casado que se naturalizar brasileiro, poderá, independentemente de expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz no ato de entrega do decreto de naturalização que se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
- 78** Conforme disposições do Código Civil e inovações trazidas pela Lei n. 14.905/2024 pode-se afirmar que a mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida, sem prejuízo dos juros moratórios.
- 79** Conforme disposições do Estatuto da pessoa Idosa, Lei n. 10.741/2003, pode-se afirmar que os planos de saúde poderão fazer cobrança de valores diferenciados em razão da idade, tendo em vista a contratação particular de tais serviços, o que não viola a garantia à saúde.
- 80** Conforme disposições do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei n. 10.741/2003, pode-se afirmar que é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos, em qualquer instância.

- 81** O STJ possui diversos entendimentos acerca da proteção por equiparação. Pode-se citar que há entendimento nesse sentido no caso de derramamento de óleo em litoral, que pode ser caracterizado como acidente de consumo, assim os pescadores artesanais prejudicados são considerados consumidores por equiparação.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

- 82** Segundo a teoria da asserção, as condições da ação, dentre elas o interesse processual e a legitimidade ativa, definem-se da narrativa formulada inicial, não da análise do mérito da demanda (teoria da asserção), razão pela qual não se recomenda ao julgador, na fase postulatória, se aprofundar no exame de tais preliminares.
- 83** O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
- 84** A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- 85** A conexão determina a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado.
- 86** Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em autos físicos ou eletrônicos, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- 87** Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- 88** A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação.

Direito Penal

Douglas Vargas

- 89** Se o crime de furto é praticado durante o repouso noturno, configura-se hipótese do chamado “furto qualificado”.
- 90** Se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo, há hipótese de furto qualificado, para a qual há majorante específica se o crime é praticado mediante utilização de servidor mantido fora do território nacional.

- 91** Considera-se que há roubo, e não mero furto, no caso em que o autor delitivo constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
- 92** Aumenta-se a pena do crime de associação criminosa, até o dobro, se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.
- 93** Quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, pratica conduta equiparada ao delito de “Incitação ao Crime” previsto no Código Penal.
- 94** Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, é crime que admite a forma dolosa e culposa, praticável, em regra, apenas por funcionário público.
- 95** Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é crime de advocacia administrativa, para o qual é prevista pena mais gravosa se o interesse é ilegítimo.

Direito Processual Penal

Douglas Vargas

- 96** No processo penal brasileiro a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- 97** Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- 98** Ainda sobre a competência, não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á, via de regra, pela prevenção.
- 99** Quanto ao tema prova no processo penal, é correto afirmar que a confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- 100** A todo tempo, o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.
- 101** O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se seu cônjuge tiver funcionado no processo como defensor ou advogado.
- 102** As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável.

Direito Tributário

Renato Grilo

Considerando as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), julgue o item a seguir:

- 103** O não-exercício da competência tributária defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição Federal de 1988 a tenha atribuído.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir:

- 104** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça.

Julgue o item a seguir de acordo com o regramento do CTN - Código Tributário Nacional para o tema das garantias e privilégios do crédito tributário.

- 105** Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

Acerca do instituto da fraude contra o credor Fazenda Pública, em relação aos créditos tributários, julgue o item a seguir:

- 106** Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário provisoriamente constituído pelo lançamento tributário.

Considerando a disciplina do CTN para os institutos da isenção e da anistia tributárias julgue o item a seguir.

- 107** A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo.

Em conformidade com o regramento do CTN, e considerando o instituto da obrigação tributária, julgue a assertiva seguinte.

- 108** Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma prescrita exclusivamente em lei complementar nacional, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

- 109** A Seguridade Social brasileira, que compõem um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, abrange as áreas da Saúde, da Previdência e da Assistência Social, sendo financiada exclusivamente por contribuições sociais, arrecadadas por meio de tributos pagos pelos trabalhadores e empregadores.
- 110** No âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, os dependentes estão organizados em três classes, e para fins de concessão de benefícios previdenciários, a comprovação da dependência econômica em relação ao segurado é obrigatória para todas as classes.
- 111** De acordo com a legislação previdenciária, é permitida a acumulação de aposentadoria com auxílio-acidente, desde que ambos os benefícios sejam pagos pelo INSS.
- 112** Os servidores públicos titulares de cargo efetivo, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) antes da instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), podem receber proventos de aposentadoria superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- 113** O tempo de contribuição trabalhado pelo segurado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) pode ser somado ao tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para fins de concessão de aposentadoria, salvo a hipótese em que o exercício dessas atividades ocorra de forma concomitante.
- 114** De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a CF/1988 o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada.

Direito Ambiental

Renato Pulz

Considerando as noções introdutórias ao Direito ambiental, marque Certo ou Errado na afirmativa abaixo:

- 115** É correto afirmar que, segundo a Doutrina, a Constituição Federal de 1988 adotou um antropocentrismo mitigado ou alargado.

Marque certo ou errado sobre o posicionamento do STF em relação às práticas envolvendo animais e o texto constitucional:

- 116** Segundo o Supremo Tribunal Federal, a farra do boi é considerada uma prática cruel contra os animais violando o art. 225, § 1º, VII da CF, mas, quando julgou a constitucionalidade da prática da vaquejada, afirmou ser constitucional por ser uma prática desportiva e manifestação cultural.

A doutrina tem alertado sobre as preocupações da comunidade científica e dos movimentos sociais em relação ao aumento de crimes ambientais de grande escala. Sobre o tema, assinale certo ou errado sobre a afirmativa a seguir:

- 117** Atualmente, em função da crise ecológica e dos graves crimes que atentam contra o bem jurídico meio ambiente, é debatida a possibilidade de tipificação de um crime de “biocídio” ou “ecocídio”.

Sobre os princípios ambientais, marque certo ou errado na afirmativa a seguir:

- 118** O Princípio da Prevenção aplica-se em situações em que não há certeza científica do impacto que certa ação possa provocar ao meio ambiente. Assim, quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Considerando o texto da Resolução do Conama n. 237/97, marque certo ou errado:

- 119** Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do órgão público responsável.

Considerando as disposições do Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), marque certo ou errado na afirmativa a seguir:

- 120** Área de preservação permanente é a área protegida, exclusivamente coberta por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Discursiva

Rafael de Oliveira

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) foi introduzido no sistema jurídico brasileiro pela Lei n. 13.964/2019, também conhecida como "Pacote Anticrime". Regulamentado pelo art. 28-A do Código de Processo Penal, o ANPP representa uma forma de justiça penal negociada, permitindo que o Ministério Público e o investigado celebrem um acordo para evitar a abertura de processo judicial, desde que preenchidos determinados requisitos legais. O objetivo é promover celeridade processual, reparação de danos e redução da sobrecarga do Judiciário.

Para ser cabível, o ANPP exige que o investigado confesse a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja inferior a 4 anos. Além disso, o acordo deve ser vantajoso para a sociedade e reparar o dano causado à vítima. Contudo, o tema ainda gera debates na doutrina e jurisprudência, especialmente sobre os limites da discricionariedade do Ministério Público, a participação do juiz e os direitos fundamentais dos envolvidos.

Com base na doutrina e na jurisprudência atual dos tribunais superiores, responda às questões a seguir:

- 1 Explique a natureza jurídica do ANPP e a sua importância para o sistema processual penal brasileiro.
- 2 Analise o papel do Ministério Público e do juiz no ANPP, considerando os limites de atuação de ambos conforme entendimento do STF e do STJ.
- 3 Em quais situações o ANPP não pode ser oferecido, mesmo que estejam presentes os requisitos objetivos do art. 28-A do CPP? Baseie sua resposta na legislação e em posicionamentos recentes dos tribunais superiores.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
1º SIMULADO
CARGO 23: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA: SEM ESPECIALIDADE

FOLHA DE RESPOSTAS

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva